

nenhuma hipótese, haja vista serem irrevogáveis e irreatáveis.

9ª) A oferta de lances implica no aceite do ofertante ao presente edital, não podendo alegar seu desconhecimento posteriormente.

10ª) O Leiloeiro não se responsabilizará por quaisquer ocorrências oriundas de falhas e/ou impossibilidades técnicas do dispositivo ou conexão de internet do interessado, sendo de sua inteira atribuição a checagem do funcionamento anteriormente ao leilão, não sendo cabível qualquer reclamação a respeito.

11ª) As alienações são feitas em caráter "AD-CORPUS", portanto, compete ao interessado na arrematação, anteriormente à oferta de lances, a verificação do estado de conservação dos bens, não podendo o arrematante alegar desconhecimento de suas condições, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização.

12ª) Deverá o fiel depositário e/ou o(a) Executado(a) do bem, permitir a visitação com horário pré-agendado, mediante pedido do interessado nos autos.

13ª) Encerrado o leilão, os bens que não receberem lances ficarão disponíveis para recebimento de ofertas.

14ª) No caso de inadimplimento da arrematação, seja na modalidade à vista ou parcelada, o Leiloeiro fica autorizado a aproveitar o lance do licitante que mantiver a proposta.

15ª) Ficará a cargo do arrematante: as despesas referentes à transferência de propriedade, retirada e transporte do bem.

16ª) Na hipótese de cancelamento do leilão por motivo de pagamento da dívida ou acordo (ainda que na esfera administrativa), após a publicação do edital e antes do leilão, fica arbitrada a comissão de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação do bem, a ser custeado pelo Executado, para ressarcimento dos serviços prestados pelo Leiloeiro.

17ª) No caso de parcelamento, acordo e/ou pagamento da dívida, se requeridos após o início do leilão, o Leiloeiro será remunerado com o montante correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação do bem, a ser pago pelo Executado na data do parcelamento acordo ou remição.

18ª) No caso de Adjudicação, a remuneração do leiloeiro (5% sob o valor de avaliação) deverá ser paga, no ato, pelo adjudicante, sendo o valor imediatamente depositado por ele antes da assinatura da respectiva carta.

19ª) A arrematação só será concluída após a homologação pelo MM. Juiz da Vara competente e julgamento de eventuais recursos.

20ª) Caberá ao interessado formular o pedido de cancelamento de gravames lançados sob o bem arrematado diretamente à autoridade que o determinou ou à que expediu a Carta de Arrematação ou Adjudicação.

21ª) O Leiloeiro não é responsável por qualquer eventual morosidade na expedição da Carta/Auto de Arrematação e determinação de retirada de eventuais ônus, visto que é de competência exclusiva do Poder Judiciário tais atribuições, cabendo ao arrematante diligenciar para que sejam efetivadas.

22ª) Por ordem do juízo e por força de lei, caso o devedor não seja encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, fica pelo presente edital intimado do leilão e dos ônus que lhe serão impostos, referidos nas cláusulas 16ª a 18ª.

23ª) Ficam intimados do leilão (1ª e 2ª data, se houver), as partes, os coproprietários, seus cônjuges se casados forem, credores hipotecários ou fiduciários e credores com penhoras averbadas, inclusive os que estiverem em local incerto e não sabido.

24ª) A Nota de Arrematação será expedida pelo Leiloeiro após trânsito em julgado de eventuais recursos e entrega do bem.

25ª) Em nenhuma hipótese, salvo nos casos de nulidade previstas em lei, serão aceitas desistências dos arrematantes ou alegações de desconhecimento das cláusulas e condições deste Edital para

eximirem-se

das obrigações geradas, inclusive aquelas de ordem criminal, na forma do artigo 358 do Código Penal Brasileiro, onde está previsto que: "Todo aquele que impedir, afastar ou tentar afastar concorrentes ou licitantes por meios ilícitos, violência ou oferecimento de vantagens, e, ainda, perturbar, fraudar ou tentar fraudar, a venda em hasta pública ou arrematação judicial, estará incurso nas penas que variam de dois meses a dois anos de detenção e/ou multa". Por ordem deste Juízo, foi expedido o presente Edital em 12/02/2025

6ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - Justiça Gratuita - Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias - A MMª Juíza de Direito, Dra. Arlete Aparecida da Silva Coura, Juíza de Direito na 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc., faz saber a todos que virem o presente edital ou dele tiverem conhecimento, que tramita nesta Vara o Processo nº 5211684-98.2024.8.13.0024, em que é autor a Justiça Pública e acusado: DANIEL TEÓFILO DE JESUS, solteiro, brasileiro, natural de Cachoeira/BA, nascido em 21 de JUNHO de 1986, filho de Lucília Teófila de Jesus e NÃO CONSTA, RG nº 24.182.122, CPF nº 044.268.255-7. O acusado é denunciado pelo art. 157, § 2º, VII, e 330, todos do Código Penal. Constando dos autos que o réu encontra-se em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, pelo qual é citado para os termos da ação e notificado para responder às acusações, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, apresentando resposta preliminar na forma do artigo 396-A do CPP, por meio de defensor constituído. Caso não possua condições financeiras para constituir defesa, será nomeado defensor público atuante nesta 6ª Vara Criminal, conforme a Lei 11.719, de 20/06/2008. Ressalta-se ao acusado que, caso não constitua defensor particular nem declare sua hipossuficiência econômico-financeira, será nomeado advogado dativo, nos termos do art. 263 c/c art. 396-A, § 2º, ambos do CPP. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, que será publicado no DJE - Diário Judiciário Eletrônico, e uma cópia será afixada no saguão de entrada deste Fórum. Belo Horizonte, 19 de Fevereiro de 2025. A MMª Juíza de Direito, Dra. Arlete Aparecida da Silva Coura.

2ª VARA DE FAMÍLIA

Sob JUSTIÇA GRATUITA. EDITAL DE CURATELA/INTERDIÇÃO com prazo de 20 dias - Art. 755, § 3º CPC. PROCESSO nº. 5206682-21.2022.8.13.0024, VIVIANE QUEIROZ DA SILVEIRA CANDIDO, MMª. Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, e na forma da lei etc...

FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 30 de agosto de 2024, foi decretada a interdição PARCIAL de ARGEL AFONSO DE ANDRADE, por ser portador(a) de "CID 11 - 6D80 - Demência devido à doença de Alzheimer", nos termos do art. 85 da Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa Deficiente) e art. 755 do CPC, terá efeitos apenas de natureza patrimonial e negocial, e com fulcro no artigo 4º, inciso III do Código Civil, tendo sido nomeado(a)-lhe curador(a) na pessoa de VÂNIA SOUZA OLIVEIRA. E para o conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância no futuro, expediu-se este edital que vai publicado e afixado no átrio do Fórum. Dado e passado nesta cidade de Belo Horizonte/MG, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2025. Eu, Vera Lúcia de Souza Almeida, Escrivã Judicial, subscrevo por ordem da MMª Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de Belo Horizonte, Dra. VIVIANE QUEIROZ DA SILVEIRA CANDIDO. Advogada da autora: Maria Aparecida Basílio Bastos, OAB/MG: 213.391; Renata da Silva Gontijo Marini - Defensora Pública/Curadora Especial -

Madep 0447.

Certifico e dou fê haver expedido, enviado ao DJE - Diário do Judiciário Eletrônico nesta data, e afixado uma via do presente edital em local de costume. Belo Horizonte, 19/02/2025.

EDITAL

Processo PJE nº: 6081238-05-2015.8.13.0024

Comarca de Belo Horizonte - Edital de Citação - PRAZO DE 20 DIAS - JUSTIÇA GRATUITA - O Dr. André Luiz Tonello de Almeida, MM. Juiz de Direito da 9ª Vara de Família de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, faz saber a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que neste Juízo e respectiva Secretaria, tramita a AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS, processo nº: 6081238-05-2015.8.13.0024 que TIAGO OLIVEIRA FERNANDES, brasileiro, solteiro, estudante, desempregado, portador do RG: MG-18.918.621 PC/MG, inscrito no CPF: 132.421.026-57, filho de Antônio Pinheiro Fernandes e Maria Emília Oliveira Fernandes, move em face de ANTÔNIO PINHEIRO FERNANDES, brasileiro, viúvo, lavrador, inscrito no CPF: 726.923.596-15, filho de Emília Ferreira Souza, nascido em 09/02/1945, natural de Carai/MG, requerendo que seja CITADO DO EXECUTADO PARA PAGAMENTO DO DÉBITO, e como o requerido ANTÔNIO PINHEIRO FERNANDES, encontra-se em local incerto e não sabido, é o presente para citá-lo e intimá-lo, para efetuar o pagamento do débito, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o débito acrescido de custas, se houver (art. 523, caput, CPC). 1.2) CIENTIFIQUE-SE a parte devedora de que, em caso de não ser efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. 1.3) Conste da intimação que, transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de impugnação, independentemente de penhora ou nova intimação, nos termos do art. 525 do Código de Processo Civil, podendo alegar as matérias contidas no § 1º, do mesmo artigo. 2) Não havendo pagamento no prazo acima estipulado, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por centos) e honorários advocatícios de 10% por cento sobre o valor do débito, esclarecendo que, em caso de pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão somente sobre o restante. Para o conhecimento de todos expediu-se o presente edital que será afixado e publicado na forma da Lei. ADVERTÊNCIA: Em caso de revelia será nomeada Curadora Especial, conforme disposto nos arts. 257, IV e 344 do CPC. Dado, passado e assinado eletronicamente em 19/02/2025. Fernanda Eto Filó Viegas, Escrivã da 9ª Vara de Família de Belo Horizonte, por ordem do MM. Juiz, o subscrevo.

COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG. 1ª VARA EMPRESARIAL. PROC. Nº 5308338-84.2023.8.13.0024. (PJE). EDITAL de Declaração de Falência de CONSTRUTORA FERREIRA MIRANDA (cnpj: 71.335.830/0001-18). PRAZO DE VINTE (20) DIAS. A Drª. Cláudia Helena Batista. Juíza de Direito da 1ª Vara Empresarial, em exercício de ser cargo, na forma da lei, etc.. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que a falência em epígrafe foi declarada conforme decisão do seguinte teor: "SENTENÇA de ID 10372605419 - RELATÓRIO: PROVIA SINALIZAÇÃO VIÁRIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI - EPP, qualificada nos autos, devidamente representada, ajuizou a presente ação falimentar em face de CONSTRUTORA FERREIRA MIRANDA LTDA., também já qualificada, afirmando ser credora de quantia líquida e certa no valor atualizado de R\$262.884,44 (duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e oitenta

e quatro reais e quarenta e quatro centavos), constante de Cumprimento da Sentença nº 5086328-74.2016.8.13.0024. (Id 10141581937). Sustentou que "o referido débito tem origem no contrato de prestação de serviços celebrado entre as partes, cujo pagamento não foi honrado pela requerida, motivo pelo qual a requerente ajuizou a ação monitória que foi julgada procedente". Aduziu que, após o trânsito em julgado da sentença, a requerente deu início ao Cumprimento de Sentença e, apesar de devidamente intimada, a requerida não quitou o débito, não depositou o valor e não nomeou bens à penhora". Defende que "a requerida não tomou qualquer providência em relação ao pagamento do título executivo judicial, líquido, certo e exigível". Juntou documentos (Ids 10141581937 e seguintes). Custas iniciais recolhidas pelo autor. (Ids 10143359167 e 10148860314). Citada, a parte ré apresentou sua contestação em Id 10171458419, suscitando preliminar de "ausência de pressuposto processual", sob o argumento de que "a relação jurídica processual, instituída em virtude do pedido falimentar formulado na demanda proposta, não apresenta um dos seus requisitos de validade específico, isto é, o protesto especial para fins falimentares, previsto no artigo 94, § 3º da Lei nº 11.101/2005". Arguiu, ainda, preliminar de carência de ação por ausência de interesse de agir, alegando "a requerente manejou o pedido falimentar para cobrar uma dívida representada em títulos executivos protestados, circunstância que reclama o ajuizamento da ação própria e adequada, qual seja, a execução de título extrajudicial". Requereu o "depósito pessoal dos sócios, para esclarecimentos sobre o alegado em contestação, nos termos do Art. 385 do CPC; oitiva de testemunhas, cujo rol será arrolado posteriormente quando intimado; a juntada posterior de documentos comprobatórios da não atividade da empresa indisponíveis por prazo dos órgãos responsáveis, nos termos do Art. 396 do CPC e por fim, a Reprodução cinematográfica a ser apresentada em audiência nos termos do Parágrafo Único do art. 434 do CPC. Pugnou pelo acolhimento das preliminares. Subsidiariamente, pleiteou a total a improcedência do pedido autoral. Intimada para apresentar sua réplica à contestação, a autora sustentou que não assiste razão à requerida. Salientou, em suma, "que todas as provas acostadas à inicial comprovam a execução frustrada e os requisitos para a decretação da falência requerido, motivo pelo qual reitera os termos da inicial". (Id 10194579582) Intimados para informarem se têm outras provas a produzir, a autora informou que não possui outras provas a serem produzidas. (Id 10213483096) Instado a se manifestar, o Ministério Público afirmou ser desnecessária sua intervenção antes da eventual decretação da falência. (Id 10225981514) Em decisão de Id 10228478980, foram rejeitadas as preliminares arguidas pela parte ré e indeferida a reprodução cinematográfica. Foi deferida a produção da prova documental e oral, designada audiência de instrução e julgamento. Foram opostos Embargos de Declaração pela autora. (Id 10240069181) Por sua vez, o Ministério Público reiterou a manifestação de não intervenção. (Id 10257806034). Intimada por carta AR sobre a designação da AIJ (Id 10278290850), a parte ré ficou inerte. Em audiência de instrução e julgamento foi decretada a revelia da parte ré, razão pela qual ocorreu a perda do objeto dos aclaratórios de Id 10240069181. (Id 10313909888). Naquele ato, as procuradoras da parte autora aceitaram a nomeação como administradoras judiciais. (Id 10324283607). É o relato do necessário. Foram sanadas as preliminares em Id 10228478980. Mérito: Trata-se de pedido de Falência formulado por PROVIA SINALIZAÇÃO VIÁRIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI - EPP em face de CONSTRUTORA FERREIRA MIRANDA LTDA. O feito encontra-se em ordem, inexistindo vícios aparentes a inquiná-lo de nulidade, comportando julgamento antecipado nos termos do art. 330, I do CPC/2015. Trata-se de

pedido de falência fundado no art. 94, II da Lei 11.101/2005 que prevê: "Art. 94. Será decretada a falência do devedor que: (#) II - executado por qualquer quantia líquida, não paga, não deposita e não nomeia à penhora bens suficientes dentro do prazo legal; (#) § 4º Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, o pedido de falência será instruído com certidão expedida pelo juízo em que se processa a execução. "No caso, o pedido de falência é proposto com fulcro no art. 94, I, da LRF, em razão do inadimplemento da quantia atualizada de R\$262.884,44 (duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), decorrente de Cumprimento da Sentença nº 5086328-74.2016.8.13.0024. O pedido foi instruído com a certidão expedida pelo juízo da execução, em conformidade com o §4º do art. 94 da LRF, como se depreende de Id 10141583342. Dessa forma, o crédito está legitimado, líquido e certo, e apto a fundamentar pedido de falência. Como a ré não efetuou o depósito elisivo, restou caracterizado comportamento condizente com a condição de mau pagadora, abrindo, assim, lugar para a decretação da falência pretendida, de acordo com parágrafo único, do art. 98 da Lei Falimentar, não restando outra medida a não ser a decretação em Falência. Quanto a alegação da ré de que as atividades empresariais foram encerradas a mais de 2 (dois) anos, a parte ré foi regularmente citada, contudo não apresentou provas de suas alegações, decretando sua revelia. Verificada a procedência do pedido autoral, resta evidente que não prosperam as teses da ré, a qual devem ser rejeitadas. DISPOSITIVO: Ante o exposto, decreto a falência de CONSTRUTORA FERREIRA MIRANDA LTDA. - CNPJ nº 71.335.830/00001-18, com sede na Av. do Contorno, nº 2905, sala 407, bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.110-915. Fixo o termo legal da quebra no 90º dia anterior ao pedido de falência, 19/09/2023, ressalvando a possibilidade de alteração diante de eventual protesto realizado anteriormente. Respalda no art. 21, parágrafo único, da lei nº 11.101/2005, nomeio como administrador judicial o escritório ANDRADE E MELO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, tendo como responsável na condução do processo as advogadas MARIA THEREZA HEMPRICH DE MELO, OAB/MG 83.004 e PAULA DE SOUSA FERREIRA ANDRADE, OAB/MG 86.837 com endereço na avenida Alvares Cabral, 344, sala 803, Lourdes, Belo Horizonte/MG, que, intimadas, deverão prestar compromisso legal, no prazo de 24h, e assumir as funções previstas no art. 22, III, da Lei nº 11.101/2005. Expedir ofícios ao Tribunal Regional do Trabalho e ao Tribunal Superior do Trabalho informando-lhes da decretação da falência da CONSTRUTORA FERREIRA MIRANDA LTDA. - CNPJ nº 71.335.830/00001-18, bem como para repassarem a este Juízo todos os valores correspondentes aos depósitos recursais efetuados pela empresa, conforme decisão ora proferida. Na forma do art. 99, V, da Lei nº 11.101/2005, ficam suspensas todas as execuções e ações individuais contra a falida sobre direitos e interesses relativos à Massa Falida, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei. Na forma do art. 99, VI, da Lei nº 11.101/2005, ficam vedadas e desde já declaradas nulas e sem efeito as práticas de atos de disposição, bloqueio, leilão ou oneração, ainda que judicial, de bens e direitos da falida sem que haja prévia autorização deste Juízo. Fixo o prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital do art. 99, parágrafo único, para que os credores da empresa falida apresentem suas habilitações de créditos (art. 99, IV, Lei nº 11.101/2005), diretamente ao Administrador Judicial, observando-se a forma estabelecida no art. 9º da mesma Lei. Somente após a publicação do edital a que se refere o art. 2º da Lei nº 11.101/2005 (relação de credores apresentada pelo Administrador Judicial) é que eventuais impugnações/habilitações de crédito poderão ser protocoladas em autos apartados, como incidente da falência,

observando-se a forma estabelecida no art. 9º da mesma Lei. Em nenhuma hipótese as habilitações e/ou impugnações de crédito deverão ser apresentadas nos autos principais, devendo a secretaria do juízo excluir as petições e documentos apresentados ao processo para tal fim. Intimar os sócios da falida - HUDSON FERREIRA DE MIRANDA e HARLEY FERREIRA DE MIRANDA, nos endereços localizados via SNIPER para, no prazo de 15 (quinze) dias, prestar as declarações do art. 104 da Lei de Falências, à Administração Judicial, sob pena de crime de desobediência. Na defesa dos interesses da Massa, determino que se oficie: a) à BOLSA DE VALORES solicitando informações sobre a existência de bens e direitos em nome da empresa falida, ainda que eventualmente transferidos dentro do termo legal da quebra, fixado em 19/09/2023, anotando-se a indisponibilidade e intransferibilidade dos mesmos, até nova ordem deste Juízo, com a remessa de documentos comprobatórios de titularidade e de eventual transferência; b) considerando a implementação pelo TJMG do cadastro dos magistrados na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, realize a indisponibilidade judicial dos bens imóveis em nome da ré, aguardando-se o envio das informações encontradas; c) ao BANCO CENTRAL DO BRASIL, via BACENJUD, solicitando o bloqueio de contas-correntes e de qualquer aplicação que a falida possua em Instituição financeira subordinada à sua fiscalização; d) ao DETRAN, via RENAJUD, solicitando a restrição de transferência sobre veículos em nome da Massa Falida; e) ao INFOJUD, solicitando cópia da última declaração de renda da Falida e a confirmação do no do CNPJ da mesma, bem como a informação sobre eventual direito de restituição de Imposto de Renda; f) aos CARTÓRIOS DISTRIBUIDORES das Justiças Federal e Trabalhista para que informem sobre ações em que a falida seja parte; g) à JUCEMG, solicitando que proceda à anotação da falência no registro da empresa, para que conste a expressão "falida", a data da decretação da falência e a inabilitação para exercer qualquer atividade empresarial a partir da declaração da falência e até a sentença que extingue suas obrigações; bem como que informe a existência de outras empresas em nome dos sócios falidos; h) aos CARTÓRIOS DISTRIBUIDORES DE PROTESTOS DA CAPITAL, solicitando informação acerca da existência de protestos em nome da sociedade falida; i) às FAZENDAS PÚBLICAS da União, do Estado de Minas Gerais e do Município de Belo Horizonte/MG, bem como ao INSS e à CEF/FGTS para que informem ao Juízo: I) a existência de débitos da falida, inscritos ou não em dívida ativa, com especificação da origem, natureza de principal ou acessórios, valores e data base do cálculo; II) a existência de eventuais créditos ou tributos a recuperar ou a serem restituídos em favor da falida, com especificação da natureza, origem, valor e data base do cálculo. Determino que seja lacrado o estabelecimento e arrecadados todos os bens e documentos, com a expedição do mandado respectivo (art. 109 da Lei nº 11.101/2005). Publicar edital contendo a íntegra desta decisão e da relação de credores. Intimar o MINISTÉRIO PÚBLICO e as FAZENDAS PÚBLICAS MUNICIPAL, ESTADUAL e FEDERAL do inteiro teor desta decisão, para que tomem conhecimento da falência. Custas ex lege. Publicar. Registrar. Intimar. Cumprir. Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica. CLAUDIA HELENA BATISTA Juiz(iza) de Direito. 1ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte - 23/01/2025. RELAÇÃO DE CREDORES: não foi apresentada pela parte ré até a presente data. CREDORA - autora da ação: PROVIA SINALIZACAO VIARIA INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - EPP - R\$ R\$262.884,44 (duzentos e sessenta e dois mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), valor da causa, conforme petição inicial de ID 10141581937.

OBSERVAÇÃO: Fixado o prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital do art. 99, parágrafo único, para que os credores da empresa falida apresentem suas habilitações de créditos (art. 99, IV, Lei 11.101/05), diretamente à Administração Judicial, observando-se a forma estabelecida no artigo 9º da mesma Lei. Somente após a publicação do edital a que se refere o art. 2º da Lei nº 11.101/2005 (relação de credores apresentada pela Administração Judicial), e que eventuais impugnações/habilitações de crédito poderão ser protocoladas em autos apartados, como incidente da falência, observando-se a forma estabelecida no artigo 9º da mesma Lei. Em nenhuma hipótese as habilitações e/ou impugnações de crédito deverão ser apresentadas nos autos principais, devendo a secretaria do juízo excluir as petições e documentos apresentados ao processo para tal fim. Administrador Judicial: escritório ANDRADE E MELO SOCIEDADE DE ADVOGADOS, tendo como responsável na condução do processo as advogadas MARIA THEREZA HEMPRICH DE MELO, OAB/MG 83.004 e PAULA DE SOUSA FERREIRA ANDRADE, OAB/MG 86.837 com endereço na avenida Alvares Cabral, 344, sala 803, Lourdes, Belo Horizonte/MG, Fone: (31) 3273-9771 e e-mail: paula@andradeemelo.com.br. E, para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente. B.Htc. 19/02/2025. as.) Brígida Nascimento Souza de Oliveira - Escrivã Judicial. (as.) Cláudia Helena Batista. Juíza de Direito.

6ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - Justiça Gratuita - Edital de Citação - Prazo de 15 (quinze) dias - A MMª Juíza de Direito, Dra. Arlete Aparecida da Silva Coura, Juíza de Direito na 6ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc., faz saber a todos que virem o presente edital ou dele tiverem conhecimento, que tramita nesta Vara o Processo nº 5318168-40.2024.8.13.0024, em que é autora a Justiça Pública e acusada: ALEXANDRE GONÇALVES PORTO, nome social SARAH PORTO, brasileira, solteira, natural de Divinópolis/MG, nascida em 14/02/1997, filha de Marina Porto e Daniel Gonçalves da Fonseca, RG 18425302. A acusada é denunciada pelo art.155, §§ 1º e 4º, incisos I e IV, do Código Penal. Constando dos autos que a ré encontra-se em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, pelo qual é citada para os termos da ação e notificada para responder às acusações, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, apresentando resposta preliminar na forma do artigo 396-A do CPP, por meio de defensor constituído. Caso não possua condições financeiras para constituir defesa, será nomeado defensor público atuante nesta 6ª Vara Criminal, conforme a Lei 11.719, de 20/06/2008. Ressalta-se à acusada que, caso não constitua defensor particular nem declare sua hipossuficiência econômico-financeira, será nomeado advogado dativo, nos termos do art. 263 c/c art. 396-A, § 2º, ambos do CPP. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, que será publicado no DJE - Diário Judiciário Eletrônico, e uma cópia será afixada no saguão de entrada deste Fórum. Belo Horizonte, 19 de Fevereiro de 2025. A MMª Juíza de Direito, Dra. Arlete Aparecida da Silva Coura.

COMARCA DE BELO HORIZONTE/MG - 1º JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - Justiça Gratuita - Finalidade: Intimação da Sentença. Prazo do Edital: 15 (quinze) dias. Número do Processo: 1938683-23.2021.8.13.0024. Tipo de ação: penal. Nome do autor: Ministério Público Estadual. O MM. Juiz de Direito do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Dr. José Romualdo Duarte Mendes, no uso de suas atribuições, e na forma da lei, etc... faz saber a todos que virem o presente edital ou dele tiver conhecimento, que tem andamento neste Juizado

Criminal os autos da Ação Penal em que figura como vítima: CAMILA IANDRA DE OLIVEIRA SOUZA. E, constando dos autos estar a vítima em lugar incerto e não sabido, é o presente para intimá-la da SENTENÇA que JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR O RÉU WEMERSON LOURENÇO DE SOUZA OLIVEIRA, nas sanções do artigo 129, §13º, c/c artigo 61, II, alínea "d", ambos do Código Penal. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado no hall de entrada desta secretaria criminal, começando a correr o prazo de intimação a partir do primeiro dia útil da publicação deste no DJE - Diário do Judiciário Eletrônico do TJMG. Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2025. Raquel Cristina de Melo, Gerente de Secretaria.

8ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte/MG - EDITAL DE CITAÇÃO -- Prazo 25 (vinte e cinco) dias. O Sr. O Dr. Luís Augusto César Pereira Monteiro Barreto Fonseca, MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte/MG, na forma da Lei, etc... Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que tem andamento nesta Vara os autos de ação penal nº5034829-07.2023.8.13.0024, em que é autora a Justiça Pública e réu(ré): CLAYTON CESAR SOARES BORGES Brasileiro, natural de Contagem/MG, nascido aos 31/07/1998, filho de Alessandra Soares Silva e Glauco Cesar Nunes Borges, residente na Rua Quarenta e Sete, 110, Nova Pampulha, Vespasiano/MG, atualmente em local incerto e não sabido, incurso(a) nas sanções do art. 180, p. 1º, do Código Penal, e 244-B da Lei nº 8.069/90. E constando dos autos que dito réus(rés) está em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital pelo qual o(a) cita para os termos da ação e notifica para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, através de defensor constituído, nos termos do artigo 396-A, da Lei Federal nº 11.719, de 20/06/2008. Na hipótese de não ter condições de constituir advogado, deverá procurar a Defensoria Pública, com urgência. E, para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. Belo Horizonte, 19 de Fevereiro de 2025. O escrivão, Paulo Henrique Sarvel de Castro, o digitei por ordem do MM. Juiz de Direito. "JUSTIÇA GRATUITA".

3º Edital 9ª VARA DE FAMÍLIA
Processo nº.5259650-28.2022.8.13.0024
Comarca de Belo Horizonte - Edital de Interdição-Justiça Gratuita - O Dr. André Luiz Tonello de Almeida, MM. Juiz da 9ª Vara de Família de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, faz saber que nesta vara e respectiva secretaria tramita o Processo nº. 5259650-28.2022.8.13.0024
Ação: CURATELA/INTERDIÇÃO.
Em 12/08/2024, nos autos supra foi proferida a sentença de Curatela/Interdição de MARIA DA CONCEIÇÃO ZEFERINO, brasileira, solteira, religiosa, membro da congregação Filhas de Jesus (SEIAS, atualmente com 83 anos de idade, portadora da carteira de identidade nº 7.240.737 SSP/SP e do CPF nº 270.782.136-53, residente e domiciliada (abrigada) na Casa de Nazaré, localizada na rua Costa Pinto, n. 123, Vila Paris, em Belo Horizonte-MG, CEP: 30.380-700, por ser portador de Diagnóstico: Demência na doença de Parkinson CID F02.3 "declarando-a privada de exercer, sem curador, os atos negociais e patrimoniais, nos termos dos art. 114 da Lei 13.146/15 e 1.782 do Código Civil; bem como todos os atos da vida civil". Foi nomeado(a) curador(a) do(a) interditado(a) GISÉLIA MARIA DE SOUSA, brasileira, solteira, religiosa, membro da Congregação Filhas de Jesus

(SEIAS), inscrita no CPF n. 803.054.823- 00, carteira de identidade n MG - 22.241.690 SSP-MG, domiciliada na rua da Bahia, n. 1.432, bairro de Lourdes, em Belo Horizonte-MG, CEP 30.160-011 de acordo com o art.1767 e seguintes do Código Civil, Para o conhecimento de todos expediu-se o presente edital que será afixado e publicado, nos termos do art. 775 §3º do NCP, por 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Dado e passado nesta cidade de Belo Horizonte, 12/02/2025. Eu, Fernanda Eto Filó Viegas, Escrivão da 9ª Vara de Família de Belo Horizonte em substituição, por ordem do M.M. Juiz, o subscrevo.

8ª VARA CRIMINAL - Comarca de Belo Horizonte - Justiça Gratuita - Processo 1384389-83.2018.8.13.0024 - Prazo 95 dias. Edital de intimação de sentença a(o) ré(u): GUSTAVO HENRIQUE ORNELA CORREIA, brasileiro, nascido em Belo Horizonte/MG, em 18/08/1995, filho de Edna Ornela Correia e de Carlando Correia, residente na Rua Pedra Sabão, nº 390, Bairro Piratininga, Venda Nova, Belo Horizonte/MG, atualmente em lugar incerto e não sabido. O Sr. Dr. Luís Augusto César Pereira Monteiro Barreto Fonseca, MM. Juiz de Direito desta 8ª Vara Criminal, em pleno exercício de seu cargo e na forma da lei, etc... Faz saber a todos que virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que tem andamento nesta Secretaria o processo em que autora a Justiça Pública e ré(u) acima qualificado(a), que por sentença publicada em 19/12/2024, foi condenado nas sanções do art. 157, § 2º, inciso II do Código penal, com pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 13 (treze) dias-multa, em regime semiaberto. Foi concedido a ele o direito de recorrer em liberdade. E, constando dos autos que dito(a) ré(u) está em local incerto e não sabido, para intimá-lo(a) de sentença, mandou, na forma da lei, expedir o edital, no prazo de 90 dias, findo os quais correrá o de 05 dias para a apelação. E para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. Belo Horizonte, 19 de Fevereiro de 2025. Dou Fé. O Escrivão. O MM. Juiz de Direito.

1º Edital
Processo nº: 5120285-85.2024.8.13.0024
Comarca de Belo Horizonte - Edital de Interdição-Justiça Gratuita - O Dr. André Luiz Tonello de Almeida, MM. Juiz da 9ª Vara de Família de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, faz saber que nesta vara e respectiva secretaria tramita o Processo nº. 5120285-85.2024.8.13.0024, Ação: Interdição. Em 03/12/2024 nos autos supra foi proferida a sentença de Curatela/Interdição de MAGDA VALADARES LEMBI MAGALHAES, brasileira, servidora pública aposentada, CPF sob o nº 048.515.106-59, Carteira de Identidade nº MG-3.160.255, residente na rua Rio Verde, nº 476, AP. 500, bairro Carmo Sion, Belo Horizonte/MG, por ser portadora de Demência de Alzheimer CID G30.1, "em fase grave", sendo declarado incapaz de exercer, sem curador, os atos da vida civil. Foi nomeado(a) seu(sua) curador(a) GUSTAVO LEMBI MAGALHÃES, brasileiro, médico, inscrito CPF nº 760.246.286- 68, CI nº MG-3.493.054, casado, residente e domiciliado na rua dos Dominicanos, nº 158, apto. 300, Bairro Serra, Belo Horizonte/MG. Para o conhecimento de todos expediu-se o presente edital que será afixado e publicado, nos termos do art. 1184 do CPC, por 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Dado e passado nesta cidade de Belo Horizonte/MG, 19/02/2025. Eu, Fernanda Eto Filó Viegas, Escrivã da 9ª Vara de Família de Belo Horizonte, por ordem do MM Juiz, o subscrevo.

3º Edital
Processo nº: 5025717-82.2021.8.13.0024
Comarca de Belo Horizonte - Edital de